

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A REFORMA DO ENSINO MÉDIO EM GOIÁS

Flomar Ambrosina Oliveira Chagas¹

¹Instituto Federal de Goiás/ flomarchagas@gmail.com

Resumo:

O objetivo deste estudo foi verificar o que é veiculado por um dos principais jornais de Goiás, *O Popular*, de circulação há 85 anos, sobre as políticas públicas para implementação do ‘Novo’ Ensino Médio em Goiás. Trata-se de um recorte de uma pesquisa de abordagem qualitativa, tipo bibliográfica, em andamento, tendo como instrumento de coleta de dados o levantamento de matérias publicadas, entre os anos de 2019 e 2023. Os resultados parciais, a partir da análise deste jornal, mostram que a reforma imposta ao Ensino Médio não constitui novidade, além do currículo, há invisibilidade quanto às mudanças de infraestrutura escolar e descumprimento da Constituição Federal quanto à formação docente bem como negligência em relação aos/às estudantes. (Re)construir este nível de ensino requer muita luta, dependerá, sobretudo, de um processo participativo democrático.

Palavras-chave: ‘Novo’ Ensino Médio. Goiás. Políticas Públicas.

Introdução

Esta é uma pesquisa qualitativa, em andamento, tipo bibliográfica, que teve como instrumento de coleta de dados reportagens do Jornal *O Popular*, com os objetivos de analisar o que tem sido veiculado por um dos principais jornais de Goiás, sobre as políticas para implementação do ‘Novo’ Ensino Médio/NEM e verificar se a Língua Portuguesa e a Matemática estão ligadas ao reducionismo curricular, articuladas à avaliações em larga escala para responder às perguntas: O que revela o “Novo” Ensino Médio a partir das publicações de *O Popular*, entre os anos de 2019 a 2023? Quais as articulações ocorridas junto à implementação do NEM?

Sendo o jornal um formador de opinião, justifica-se assim, a possibilidade de refletir sobre a temática educação, em especial, à reforma do ensino médio e, a partir das reportagens divulgadas, buscar entender se elas apenas informam os acontecimentos, se silenciam o viés neoliberal da reforma em estudo ou se aguça a criticidade do/a leitor/a sobre a realidade educacional goiana.

Neste texto discorreremos sobre a implementação da Reforma do Ensino Médio entrelaçada às políticas públicas em nível internacional, nacional e local, a partir das reportagens anunciadas, apenas, na primeira página do Jornal *O Popular*.

2. As políticas públicas em nível internacional

As atuais reformas educacionais, como a do ‘Novo’ Ensino Médio/NEM, têm uma relação profunda com as políticas educacionais ocorridas em nível internacional. Teodoro (2020) afirma ser impossível compreender as mudanças educacionais, quanto ao currículo, à formação e ao trabalho docente e aos *rankings* avaliativos sem investigar o cenário desenhado pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico /OCDE. Uma das principais ferramentas desta organização é o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa), com padronização, ênfase em matemática, leitura e ciências.

A reforma educacional global também é criticada pela norte-americana Ravitch (2011). Para ela, a preocupação dos reformadores está em priorizar a avaliação em detrimento da aprendizagem. Na “Administração Busch e Clinton foram defendidas reformas de mercado para o setor público, incluindo a privatização” (RAVITCH, 2011, p.24).

Para Tarlau e Moeller (2020, p. 553), esse processo acelerado de elaboração e aprovação de uma política pública resultou da prática do *consenso por filantropia*, quando recursos materiais, produção de conhecimento, poder da mídia e redes formais e informais são usados por fundações privadas para obter um consenso entre múltiplos atores sociais e institucionais em apoio a uma determinada política pública. E, de acordo com Silva (2008), as reformas, pautadas em critérios como eficiência e produtividade, estão sujeitas ao controle, tornam o conhecimento utilitarista, no saber-fazer que não conduz à reflexão.

3. Em espaços brasileiros

As reformas ocorrem em rede, globalizadas. Sendo assim, no Brasil, a reorganização da direita se inicia com a redemocratização na década de 1990, recrudescendo com a primeira vitória do PT à presidência e atinge o ápice no governo Dilma. Naquela década, no governo de FHC (1995-2003) foram vetadas inúmeras metas do Plano Nacional de Educação (PNE), e foi criado em 2002 o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE), associação privada, com o propósito de assumir a corresponsabilidade pela educação junto ao Estado,

pois aos membros deste instituto “o setor público é ineficaz e cabe aos empresários ‘ensinar’ ao Estado como fazer gestão”.

A reforma do ensino médio era uma reivindicação antiga do setor economicamente dominante e, na década de 1990, Lemann tenta implantar uma base educacional tal qual nos Estados Unidos e volta, neste século XXI, com o intuito de alinhar a reforma do ensino médio às reformas e às avaliações internacionais.

Bolsonaro, no início do seu mandato, afirmou em mensagem enviada ao Congresso, que um dos principais focos do MEC, no âmbito da educação Básica, “seria a implantação do Ensino Técnico, a militarização das escolas, [...]” (ANDRADE, 2018, p.129).

Assim sendo, o empresariado educacional, representado por Todos pela Educação/TPE, e a Fundação Lemann, descontente com a ala olavista no MEC, que pretendia seguir os passos do Escola Sem Partido, sem acesso ao MEC, decidiram atuar diretamente nas Secretarias de Estado de Educação.

Entre 2020 e 2021, o TPE, ignorando o MEC, manteve intensa atividade nos estados e nos municípios e, durante a pandemia, Covid-19, houve inquestionável e acelerado avanço das ações relativo à implementação do “Novo” Ensino Médio, iniciativa mais nociva advinda do golpe de 2016.

3.1 Reforma do Ensino Médio

A primeira reforma do ensino médio do Brasil independente ocorreu em 1854. O ‘Novo’ Ensino Médio está na sua 17ª reforma e surgiu de forma antidemocrática, por meio da Medida Provisória de Michel Temer (MP 746/2016), convertida na Lei nº 13.415/2017, com a determinação de ser implementada em todo o país até 2022.

Uma das justificativas de Temer foi tornar o Ensino Médio mais atrativo aos jovens, que poderiam escolher itinerários formativos diferenciados e construir sua trajetória na escola. A lei então instituída estabelece ampliação da carga horária anual, sendo obrigatórias apenas os ensinamentos de Língua Portuguesa e de Matemática; inclui componentes formativos - sobre projetos de vida -, desenvolvimento das competências cognitivas e socioemocionais e vivência em ambientes de trabalho, desde a área geral com habilidades e competências às

áreas de conhecimento da BNCC.

Entre novidades e incertezas, a reforma do ensino médio deve ser compreendida a partir de um tumultuado contexto político de restrição de direitos, impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, desarticulação de conquistas importantes à educação pública no Brasil. Este retrocesso educacional ocorreu em meio a outras reformas, como a PEC 95/2016 que congela investimentos por vinte anos.

Ações autoritárias também ocorreram como a revogação da portaria de doze conselheiros do CNE, nomeados em 2016. Houve interferência junto ao Fórum Nacional de Educação/FNE e à Conferência Nacional de Educação (Conae) e intervenção na composição do Fórum Nacional de Educação/FNE, quando se excluiu a representatividade de catorze importantes entidades que compunham o FNE, para a entrada de diferentes representações da iniciativa privada.

Desta forma, os filocapitalistas impulsionaram o “Novo” Ensino Médio, e a Fundação Lemann, patrocinadora do movimento Todos pela Educação/TPE, formada por uma rede, grupo de institutos, fundações e empresas definem, portanto, as políticas educativas.

Em entrevista, quando secretária em Goiás/SEE/Goiás, Raquel Teixeira, membro fundadora do TPE e também membro do Instituto Ayrton Senna, disse acreditar que fundações, como a Lemann, estavam ocupando o lugar das universidades para ajudar o governo a analisar políticas públicas e apoiar a governança educacional: “Passaram a ignorar as universidades e trabalham com as fundações, que são mais modernas, mais ágeis. Eu chamo para os eventos, mas, na hora da formação do professor de verdade, não chamo a universidade”, (TARLAU, MOELLER, 2020 p.589).

O consenso por filantropia para políticas da educação pública abre caminho para mais empresas com fins lucrativos, em escala local, nacional e global e, por meio do NEM, propõem à juventude da classe trabalhadora a formação para o trabalho simples.

3.2 A implementação do NEM em Goiás

O Conselho Estadual de Educação (CEE) aprovou o Documento Curricular para Goiás, Ensino Médio, aos 8 de outubro de 2021, para ser implementado a partir de 2022.

Porém, conforme reportagem intitulada *Novo Ensino Médio é desafio*, publicada em *O Popular* por Carneiro (2022, p.12), “a implantação do NEM começou em 2020. Desde então, escolas da rede já trabalham com o aumento da carga horária, o Projeto de Vida e a oferta de disciplinas eletivas”. Em 2022 iniciou-se a etapa final com a oferta das trilhas de aprofundamento. A Secretaria de Estado de Educação de Goiás (Seduc) definiu 17 trilhas de aprofundamento diferentes a serem escolhidas pelas escolas e serem ofertadas conforme o interesse dos/as estudantes.

De acordo com a Seduc, Carneiro (2022a), as unidades escolares foram preparadas ao longo de 2021, por meio de lives, quando os gestores das unidades de ensino e também as regionais da Educação receberam as orientações necessárias à implementação do NEM. E em relação aos/as docentes, eles/as foram orientados/as a fazerem cursos sobre trilhas na plataforma Avamec do MEC e na plataforma Nosso Ensino Médio, do Instituto Iungo, Instituto Reúna e Itaú Educação e Trabalho.

4 Adentrando as páginas de *O Popular*

Este estudo qualitativo, tipo bibliográfico, traz resultado parcial sobre as políticas públicas para Educação em Goiás. Das 75 reportagens coletadas de *O Popular*, foram selecionadas somente aquelas anunciadas na primeira página do referido jornal, relacionadas ao ensino médio, e ações paralelas entre 2019 a julho de 2023. As categorias elencadas foram: carreira profissional, infraestrutura escolar, trajetória estudantil e ações paralelas da Seduc.

O ambiente escolar, há décadas, não conta com infraestrutura adequada e tampouco se preparou para o NEM. Algumas reportagens mostram inúmeras barreiras para a implementação do NEM. Para os/as gestores/as, a estrutura física, os recursos humanos, o tempo de preparação e mudança de paradigma a ser trabalhada com discente são considerados grandes desafios, (CARNEIRO, 2022a).

Nesta segunda década do século XXI, de acordo com Abreu (2023a), em “Goiás ainda tem mais de cem escolas de placas dos anos 1980”, discentes e docentes sofrem com temperatura de até 50° graus e “Estudantes tentam driblar a falta de acesso à internet em Goiás” (CARNEIRO, 2020), onde há “50 mil estudantes sem internet” (*Popular*, 5/5/21).

Temer procedeu a reforma do ensino médio para torná-lo mais atrativo e evitar

evasão. Como isso ocorrerá diante dos desafios estruturais, se 53% dos municípios do país têm apenas uma escola de ensino médio e diante dos cortes de gastos via PEC 95/2016? A realidade nacional não é acalentadora, menos de 10% das escolas públicas brasileiras possuem laboratório de ciências e “Goiás é o terceiro mais desigual em investimento”, (O Popular, 2019, p.13).

4.1 Carreira profissional

Em “Estudo aponta déficit de 10 mil professores na Seduc” (Carneiro, O Popular, 14/07/22), estudo realizado pelo Instituto de Estudos Socioambientais/ /UFG, há em Goiás 16.346 contratos temporários na educação, sendo 8.750 profissionais em sala de aula e 7.596 profissionais administrativos. Os contratos representam 44,76% do total de professores/as no estado. O estudo mostra que os profissionais de contrato temporário têm remuneração reduzida, “além disso, no contrato não importa se o profissional tem doutorado ou não, pois ele vai receber a mesma coisa. Isso não acontece quando se é um servidor de carreira”, (CARNEIRO, O Popular, 14/07/22, p.13). Os “Professores temporários são maioria em 129 cidades” (Rodrigues, O Popular, 17/03/2019).

Os contratos temporários estão em descumprimento à Constituição Federal de 1988, quanto ao Art.206, inciso V, que estabelece valorização dos profissionais do ensino, garantido na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas.

Ainda, “Governo de Goiás faz mudança na jornada de professores” (Karla Araújo, O popular, 8/12/22) e, em tempo célere, deputados aprovam projeto de Lei do Executivo que aumentou o tempo dos professores em sala de aula, sem remunerá-los. Assim, o/a professor/a com carga horária de 40 horas tem de ministrar, semanalmente, 32 horas-aula.

Em nenhum lugar do mundo se faz educação de qualidade sem condições favoráveis para professores/as desenvolverem seu trabalho, pois “[...] para existir a escola não basta a existência do saber sistematizado, é necessário viabilizar as condições de sua transmissão e assimilação” (SAVIANI 2008, p. 18).

4.2 Trajetória estudantil

Reformou-se o ensino médio para jovens, porém pouquíssimas vezes lhes deram vozes a fim de conhecer seus anseios estudantis. Criaram as mais diferentes disciplinas, propagaram que os/as jovens teriam, assim, opção de escolha, porém isso não está ocorrendo, por inúmeros fatos, dentre eles, infraestrutura das escolas, formação dos professores para as 1.526 disciplinas criadas no país, (antes eram apenas 13).

Há estudantes do 3º ano, sem Química, Física, Geografia, História, Sociologia cobradas no próximo Enem. Tais disciplinas foram substituídas por tantas outras **disciplinas exóticas, como por exemplo, ligadas ao itinerário de Matemática no Distrito Federal, são: Empreender para enriquecer; meu rico dinheirinho; seja um empreendedor: organize sua empresa; Educação Financeira – Torne-se um milionário**) na área de Linguagens (*A cabeça pensa onde os pés pisam*). No Paraná, a disciplina ‘*Só é pobre quem quer*’, fundamentada na meritocracia e aporofobia dissimula as condições sociais.

Em entrevista, a mãe E.P. S. Silva, mostra-se preocupada com as alterações realizadas no ensino médio da sua filha, “[...] às segundas, quartas e sextas ela tem as aulas mais comuns, como português, matemática, física. Nos outros dias, são do modelo novo, um tal de projeto de vida que parece não ter nada, é muito vago”, (O Popular, 1º/3/23).

Outros fatores têm ainda interferido na trajetória estudantil, como fechamento de escolas, o percurso que se tem de fazer até chegar a elas, escolas de placas, além da questão financeira. Em “15 cidades goianas terão sala de aula modular” (LIMA, 2019a), 22 unidades escolares receberão 52 salas de aula para resolver o problema de superlotação e, contraditoriamente “18 escolas fechadas e 59 turnos extintos” (RODRIGUES, 26/03/19b).

O item 16, das trilhas, itinerários formativos de Goiás, é intitulado *Comer Bem e Se Exercitar é Só Começar* (ciências da natureza e linguagem), mostra-se contraditório, diante da realidade vulnerável quanto à situação faminta de grande parte da população de Goiás.

Conforme o Popular (28/02/2023), há 403 mil famílias em extrema pobreza, elas ganham até R\$ 105,00 reais por pessoa /mês, “858 mil pessoas passam fome em Goiás” (ABREU, 14/09/22, p.12), “comem só uma ou nenhuma vez ao dia”, destes 67% dos chefes do domicílio, são pretos. “Quase 30% passam fome na Região Centro-Oeste”, (Lucas Xavier, O

Popular, 29/06/22 p.14). No centro-Oeste, símbolo da pujança do agronegócio, que se beneficiou com a alta das commodities durante a pandemia, a pobreza registrou um recorde atípico. Historicamente, de 7% a 8% da população vive na pobreza, indo a 11% em 2011. “Fome faz aumentar a demanda por merenda subir” (CARNEIRO, O Popular, 18 e 19 /02/2022, p.13). Não há aprendizagem nem democracia quando se passa fome.

Quanto às avaliações de larga escala, “36% saem do ensino médio sem saber matemática”; nas notas de português 19% apresentam nível muito crítico (ABREU, O Popular, 15/04/19). Segundo a Secretária da Educação, Fátima Gaviolli, sobre “Mais matemática e Português” (Jéssica Torres, O Popular, 17/12/19, p.13), o incremento das matérias, foi um pedido do governador Ronaldo Caiado (DEM). “Tivemos que mexer na grade curricular, [...] Para isso abrimos mão, por exemplo, de uma aula de artes”.

A presidenta do Sintego, Bia de Lima, contesta, “não podem prejudicar outras áreas do conhecimento, queremos condições para que disciplinas como artes e filosofia também tenham seu espaço e possam ser valorizadas”. O professor de Artes R.J.V. Bordalo, afirma que a mudança não ganha em qualidade, “o ensino artístico é fundamental para o debate, o pensamento livre [...]”. Para ele, o reducionismo curricular, está profundamente articulado à avaliação de larga escala.

A “Evasão e repetência deixam 30% dos alunos pelo caminho” (ABREU, 26/06/19, p.12). Este fator também é causado pelo transporte, “um em cada cinco estudantes têm dificuldade de acesso”. Levantamento do Ipea com estudantes do ensino médio da Região Metropolitana de Goiânia mostra que 22% não chegam a uma escola com menos de 30 minutos de ônibus” (ABREU, O Popular, 21/03/2023).

Se o ensino médio segue a BNCC, esta, infelizmente, não diz nada sobre questões sociais e nem sobre financiamentos aos estudantes do NEM. Não há, sequer, uma linha escrita a respeito dos investimentos para que as chamadas ‘opções’ sejam de fato oferecidas.

4.3 Ações paralelas e o Ideb

Inúmeras ações ocorreram durante a implementação do NEM: fechamento de escolas que a Secretária da Educação prefere chamar de reordenamento, transferência dos estudantes do noturno para a EJA, militarização escolas, aumento de carga horária semanal

dos docentes entre outras.

Medidas por parte da pasta da Educação vêm surpreendendo, diariamente, em especial, professores/as e estudantes. “Escolas fechadas em 19 cidades” (Almeida, 10/01/20, p.13),. Após o fechamento de 18 escolas da rede estadual, a Seduc, na época Seduce, realizou também a conversão escolas de tempo integral em parcial para reduzir gastos” e “47 escolas em Goiás deixam de ser integrais” (LEIJOTO, 23/01/19, p.12), com “Aviso foi feito em cima da hora”, lamento e choro foram as reações imediatas.

Sem nenhuma orientação mais detalhada, estudantes não sabiam para onde seriam transferidos, professores/as, da mesma forma, não tinham conhecimento de onde seriam realocados. Para a presidente do Sintego, Bia Lima, nada foi tratado com a categoria. “O ideal é que não se feche nenhuma escola, mas parece que os governantes preferem construir presídios”, desabafa W. Albano, mãe de dois estudantes.

Na reportagem “Seduc economiza R\$ 82 milhões” (LEIJOTO,13/01/22, p.13), a secretária de educação garante que o fechamento segue critérios estabelecidos pelo economista-chefe do Instituto Ayrton Senna, dentre os quais, a capacidade da nova escola de absorver estes alunos e a nota do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

Ações contraditórias continuam acontecendo em Goiás, quando “10 mil do ensino médio noturno vão para a EJA” (BRAGA, 11/05/23, p.11). Para a Seduc, a mudança foi motivada entre outros problemas, não citados, por evasão e baixa frequência, por isso o prazo foi reduzido para um ano e meio na EJA. Pais e professores/as alegam surpresa, e mudança deixa estudantes insatisfeitos. Para o coordenador do Fórum Goiano de EJA, esta medida está relacionada à meta que tem que ser alcançada no Ideb. A mãe, M. Martins, defende que “alunos do noturno são jovens que precisam estudar e trabalhar, [...] Mas tem vaga para de manhã? Não. Onde não é integral, não tem vaga”. Como se a modalidade EJA fosse permitida somente aos maiores de 18 anos?

Diante de denúncias da comunidade escolar (pais, estudantes e profissionais da educação), a Defensoria Pública do Estado de Goiás/ DPE e o Ministério Público/ MP-GO realizaram levantamento em Goiás e constataram que “15 mil adolescentes estão na EJA do ensino médio” (BRAGA,31/07/23, p.11). A situação é considerada pelos órgãos uma afronta à Constituição Federal e à LDB. O Art. 35 da LDB, Lei n.9.394 de 20 de dezembro de 1996,

sobre os fundamentos do ensino médio, estabelece que esta etapa final da educação básica terá duração mínima de três anos. É, portanto, inconstitucional, mas o Estado está resistente em descumprir a lei.

Outras interferências são escolas cívicos-militares implantadas, desde o início deste século XXI, têm formato híbrido de gestão, conta com todos os/as servidores/as administrativos/as, professores/as merendeiras, vigias do Estado sob a direção de militares. Em desacordo com as normas das escolas públicas, “Escolas militares podem arrecadar até 4,5 milhões” (CARNEIRO E ALVES, 25/05/19). Para especialistas da educação, colégios deixam de ser públicos e as taxas alimentam a desigualdade em relação aos colégios estaduais comuns que continuam sem recursos, com problemas graves de estrutura. O contingente de Policiais Militares atuando em escolas cívico-militares, em 2019, era de 864, sendo 561 da reserva e 303 da ativa e “Goiás ganha dez escolas militares novas e investe R\$ 45 milhões em fardas” (Mariana Carneiro e Cileide Alves, 2022, p, p.9). Pesquisadores afirmam que escolas cívico-militares não assumem escolas públicas em bairros periféricos, elas se encontram localizadas em bairros próximos ao centro da cidade.

E mais, “Seduc sobe meta para Ideb nos ensinos fundamental e médio” (CARNEIRO, 15/2/2023). Entre questões de Português e Matemática, em 2021, esta etapa final alcançou 4,5 pontos; agora o Estado deseja 4,8 ao 3º ano do Ensino Médio. Goiás perdeu o posto no Ideb para o Paraná que obteve 4,6 pontos. A nota de Goiás caiu de 4,7 para 4,5 pontos. De acordo com a reportagem, Caiado justificou a queda: “Ainda não temos a infraestrutura do Paraná. Eles contam com todas as rodovias asfaltadas, até as vicinais. [...] Isso nos comprometeu no período da pandemia”. Ainda, nesta reportagem, diz sobre as mudanças pedagógicas estarem acontecendo sob orientações da pareceria com o Unibanco que veio “ensinar o aluno a aprender”. Para o superintendente executivo do Unibanco, “as mudanças pedagógicas impactam diretamente na prova do Saeb e, conseqüentemente, no Ideb”. Como se vê, o fechamento de escolas, a transferência de estudantes do noturno para EJA, estão em sintonia com a meta 4,8 do Ideb.

Outros fatores também interferem no aprendizado, como por exemplo, o descaso com a profissão docente. Em Goiás, 12,8% dos professores fazem jornada dupla e 1,9% tem três ou mais empregos enem sempre, o/a docente licenciado/a atua na sua área de formação,

principalmente em Química, Física, Sociologia.

A espantosa influência de fundações privadas e corporativas sobre a política educacional brasileira, para Tarlau e Moeller (2020), possivelmente continuará definindo a esfera pública, com esses grupos promovendo cultura de avaliação e auditoria em educação. A Fundação Lemann são, pois, uma tentativa de refazer a esfera pública à sua imagem e semelhança, baseada na noção de meritocracia.

Para Teodoro (2020), o neoliberalismo influenciou muito mais a educação do que poderíamos imaginar, pois numa sociedade baseada no desenvolvimento do mercado de trabalho, conseqüentemente a educação tende a se **assujeitar** a essas dinâmicas mercantis, distanciando-se principalmente do ideal socialdemocrata que primava pela igualdade.

Considerações finais

Diante desta realidade, urge revogar a Lei n. 13.415/17 que instituiu o NEM, pois ela não foi construída democraticamente, houve demolição do processo participativo de mais de quatro décadas de trabalho coletivo. As 20 metas do PNE atenderiam a educação pública, em especial, a meta 3 que trata do ensino médio.

As ações paralelas à implementação do NEM em Goiás, como fechamento de escolas, transferência dos estudantes do noturno para a EJA, militarização escolar, levam-nos a crer que estas ações estão relacionadas com a meta do Ideb.

Para Ravitch (2011, p. 2521/54), as nossas escolas não vão melhorar se os políticos continuarem atuando no território pedagógico, tomando decisões que caberiam ao/às educador(a/e)s/profissionais; se não melhorarem as condições através das quais os/as profissionais trabalham e os/os estudantes aprendem; se continuarmos a focar apenas na leitura e na matemática; se considerarmos as escolas as únicas responsáveis pelo fracasso dos/as estudantes nos testes internacionais; se confiarmos exclusivamente nos testes como meio de decidir o destino de estudantes, professores/as, gestores/as das escolas; se continuarmos a fechar escolas de bairro em nome da reforma, se nós continuarmos a substituir diretores/as experientes por neófitos que fizeram curso de lideranças sem experiência como professores/as e se ignorarmos as desvantagens associadas à pobreza.

No último parágrafo do seu livro, Ravitch (2011, p.269) escreve que nos Estados

Unidos, “no presente momento, a educação pública está em perigo”. Neste último parágrafo, também reafirmamos essa mesma situação vivida agora no Brasil, mais precisamente em Goiás.

Referências

ABREU, Vandr . Falta  gua potável em 31 escolas de GO. **O Popular**. Goiânia/GO, 7 de junho de 2022b.

ABREU, Vandr . Goiás ainda tem mais de cem escolas de placas dos anos 1980. **O Popular**. Goiânia/GO, 15 de fevereiro de 2023a.

ABREU, Vandr . Censo revela escolas sem banheiro, esgoto e até água potável em Goiás. **O Popular**. Goiânia/GO, 6 de junho de 2022.

ANDRADE, Maria Carolina. Base Nacional Comum, setores dominantes e guerra cultural. *In*: LEHER, Roberto (org.). **Educa o no governo Bolsonaro**: inventário da devasta o. São Paulo: Expressão Popular, 2023.

CARNEIRO, Mariana. Novo Ensino Médio   desafio. **O Popular**. Goiânia/GO, 10 de janeiro de 2022.

CARNEIRO, Mariana. Estudantes tentam driblar falta de acesso à internet em Goiás. **O Popular**. Goiânia/GO, 17 de abril de 2020.

CARNEIRO, Mariana. Seduc sobe meta para Ideb nos ensinos fundamental e médio. **O Popular**. Goiânia/GO, 15 de fevereiro de 2023).

CARNEIRO, Mariana Carneiro, ALVES, Cileide. Goiás ganha dez escolas militares novas e investe R\$ 45 milhões em fardas”. **O Popular**. Goiânia/GO, 14 de dezembro de 2022.

CARREIRO, Marcos Nunes. 146 escolas inacabadas em Goiás. **O Popular**. Goiânia/ GO, 14 de abril de 2022.

LIMA, Cristiane. 15 cidades goianas ter o sala de aula modular. **O Popular**. Goiânia /GO, 2 de março de 2019.

O POPULAR. Goiás   terceiro mais desigual em investimento. Goiânia, 26 de junho de 2019.

RAVITCH, D. *Vida e morte do grande sistema escolar americano*: como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação. Trad. de Marcelo Duarte. Porto Alegre: Sulina, 2011.

RODRIGUES, Glautiery. 18 escolas fechadas e 59 turnos extintos. 26 de março de 2019b.

SAVIANI D. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 10 ed. Campinas: Autores Associados; 2008

SILVA, Monica Ribeiro da. **Currículo e competências**: a formação administrada. São Paulo: Cortez, 2008.

SOUZA, Deivid. 403 mil famílias vivem na extrema pobreza em Goiás. **O Popular**. Goiânia/GO, 27 de fevereiro de 2023.